

V2i Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado do exercício	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
V2i Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da V2i Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da V2i Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

V2i Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
		Controladora	Controladora	Consolidado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.560	15.767	96.615
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	3.350
Tributos e contribuições a compensar	7	575	10	2.346
Dividendos a receber		41.712	25.803	39.906
Prêmio e seguros		-	-	13
Ativo de contrato	10	-	-	35.476
Total do ativo circulante		<u>110.847</u>	<u>41.580</u>	<u>177.706</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais e cauções		-	-	82
Tributos e contribuições a compensar	7	-	-	1.745
Partes relacionadas	9	-	-	98
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	3.133
Ativo de contrato	10	-	-	416.151
Investimentos	11	321.841	88.154	102.163
Intangível	12	-	-	26.448
Total do ativo não-circulante		<u>321.841</u>	<u>88.154</u>	<u>549.820</u>
Total do ativo		<u>432.688</u>	<u>129.734</u>	<u>727.526</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

V2i Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
		Controladora	Controladora	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	13	-	-	569
Obrigações tributárias	15	187	21	2.719
Empréstimos e debêntures	14	-	-	15.958
Dividendos a pagar		22.359	2.239	22.415
Contas a pagar		-	-	3.087
Encargos setoriais a pagar		-	-	625
Outros passivos		-	-	40
Total do passivo circulante		<u>22.546</u>	<u>2.260</u>	<u>45.413</u>
Não circulante				
Impostos diferidos	16	27.824	-	93.850
Empréstimos e debêntures	14	-	-	197.500
Instrumentos financeiros		-	-	2.256
Contas a pagar		-	-	2.000
Total do passivo não circulante		<u>27.824</u>	<u>-</u>	<u>295.606</u>
Patrimônio líquido	17			
Capital social		346.000	125.000	346.000
Reserva Legal		3.459	235	3.459
Reserva de lucros		32.859	2.239	32.859
Atribuível aos acionistas controladores		<u>382.318</u>	<u>127.474</u>	<u>382.318</u>
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	4.189
Total do patrimônio líquido		<u>382.318</u>	<u>127.474</u>	<u>386.507</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>432.688</u>	<u>129.734</u>	<u>727.526</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

V2i Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
		Controladora	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	19	-	4.665	45.097
Custos dos bens construídos e serviços prestados	20	-	-	(4.229)
Resultado operacional bruto		<u>-</u>	<u>4.665</u>	<u>40.868</u>
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas		(760)	-	(3.243)
Depreciação e amortização		(2.900)	-	(2.900)
		<u>(3.660)</u>	<u>-</u>	<u>(6.143)</u>
Outras receitas operacionais				
Ganho com compra vantajosa e remensuração de preço		24.075	-	24.075
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>20.415</u>	<u>4.665</u>	<u>58.800</u>
Resultado financeiro	21			
Receitas financeiras		2.269	68	2.709
Despesas financeiras		(915)	-	(15.875)
		<u>1.354</u>	<u>68</u>	<u>(13.166)</u>
Participação das investidas por equivalência patrimonial		<u>42.873</u>	<u>-</u>	<u>29.886</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>64.642</u>	<u>4.733</u>	<u>75.520</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(178)	(20)	(207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(10.825)
Lucro líquido do exercício		<u>64.464</u>	<u>4.713</u>	<u>64.488</u>
Atribuído aos acionistas controladores				
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	66.464
		-	-	24
Lucro líquido por ação	18	0,1863	0,0426	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

V2i Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
	Controladora	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	64.464	4.713	64.488
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>64.464</u>	<u>4.713</u>	<u>64.488</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

V2i Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Lucros e prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participações de não controladores</u>	<u>Total do patrimônio</u>
Capital autorizado	250.000	(250.000)	-	-	-	-	125.000	-	125.000
Capital subscrito	-	125.000	-	-	-	4.713	4.713	-	4.713
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(2.239)	(2.239)	-	(2.239)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(235)	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	235	(235)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	2.239	-	-	(2.239)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	250.000	(125.000)	2.239		235	-	127.474	-	127.474
Capital integralizado	-	221.000	-	-	-	-	221.000	4.165	225.165
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.464	64.464	24	64.488
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	3.224	(3.224)	-	-	-
Pagamento dividendos intercalares	-	-	-	(10.500)	-	-	(10.500)	-	(10.500)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(20.120)	(20.120)	-	(20.120)
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	41.120	-	-	(41.120)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	350.000	(4.000)	43.359	(10.500)	3.459	-	382.318	4.189	386.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

V2i Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>
	Controladora	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	64.642	4.733	77.653
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Encargos de empréstimos e financiamentos		-	15.619
Ajuste a valor justo	3.473	-	3.473
Compra vantajosa	(24.075)	-	(24.075)
Amortização da mais valia	2.900	-	2.900
Equivalência patrimonial	(42.873)	(4.665)	(29.887)
Contas a receber		-	120
Tributos a recuperar	563	(10)	(112)
Ativo de contrato	-	-	(17.309)
Outros ativos	-	-	(11.684)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			-
			-
Obrigações fiscais	(1.543)	-	(203)
Contas a pagar	-	-	401
Outros Passivos Não Circulantes	-	-	256
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.087	58	17.152
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.133)
Aquisição de investimentos	(174.079)	(109.291)	(160.999)
Recebimento de dividendos	13.285	-	998
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(160.794)	(109.291)	(163.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação empréstimo	-	-	27.980
Amortização de principal empréstimo e financiamentos	-	-	(615)
Pagamentos de juros empréstimo e financiamentos	-	-	(11.035)
Integralização de capital	221.000	125.000	221.000
Dividendos pagos	(10.500)	-	(10.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	210.500	125.000	226.830
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	52.793	15.767	80.848
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.767	-	15.767
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	68.560	15.767	96.615
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	52.793	15.767	80.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Objeto social

A V2i Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Rua Bartolomeu Mitre, 336 – 5º andar – Leblon – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para “V2i Energia S.A.”

1.2 Informações sobre as controladas

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.:

g

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Controlada”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Até 13 de março de 2020 a Arcoverde foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Transmissão de Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Controlada alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 – 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Rua Avenida Pasteur, 110 – 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Controlada sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi

assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Controlada consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Controlada concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 24.600, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

A Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

A Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. (“Controlada”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657.

A Controlada tem como acionistas a V2i Transmissão de Energia S.A. (V2i) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE-GT), que tem por principais responsabilidades pela concessão:

- (a) **V2i:** implantação do empreendimento, gerenciando todas as atividades de compras, contratações e a elaboração dos projetos;
- (b) **CEEE-GT:** Operação e manutenção do empreendimento regido por um contrato específico.

Em conjunto, pelo aporte de recursos para a implantação do projeto por meio da contratação de financiamentos e aporte de capital.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

Concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia da TPAE foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

A Controlada tem por objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da Linha de Transmissão Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4, subterrânea, 230 kV, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, composta pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, subterrânea, com extensão aproximada de 11 km, origem na Subestação Porto Alegre 9 e término na Subestação Porto Alegre 4, entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, controle, telecomunicação, administração e controle, conforme o Lote “A” do Edital de Leilão nº 001/2009-ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18.

Na deliberação datada de 30 de abril de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a destituição de Akihide Hashimoto e Yasuo Takeuchi dos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia e eleição, para um mandato unificado de 3 (três) anos de Jose Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. Foi

aprovada também a reeleição de Leandro Inácio Rippel como membro efetivo do Conselho de Administração.

Nesta mesma data foram aprovadas as renúncias de Akihide Hashimoto ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e Leandro da Silva Pereira ao cargo de Diretor (sem designação específica) e eleitos, para um mandato unificado de 3 (três) anos, Vagner Alexandre Serrato e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca para o cargo de Diretores da Companhia.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75 milhões com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TPAE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA. A RAP em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8.906 e a RAP em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 9.073.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.3 Informações sobre a investida

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.:

Em 16 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 49,9% das ações do capital social da Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Investida”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/ Sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11 de fevereiro de 2022 e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão n.º 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida – RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente R\$324 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório N.º 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.4 Impactos do COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios.

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, conclui-se que em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e às demonstrações financeiras.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de junho de 2021

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A

Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos não financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e a sua controlada revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a ARCOVERDE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.8 Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;

é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

3.11 Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

a. Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

b. Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.13 Impostos sobre a receita

a. *Impostos sobre serviços*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.14 Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.15 Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3.16 Informações por segmento

A Companhia participa em sociedades de propósito específico em território nacional (“holding”). Suas controladas atuam somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realizam atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

4 Novas normas e interpretações não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)

- Classificação do Passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e bancos	6	15.767	1.079
Títulos de renda fixa CDB (i)	68.554	-	95.536
	<u>68.560</u>	<u>15.767</u>	<u>96.615</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, que tiveram no ano de 2020 remuneração média referenciada ao CDI de 98%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6 Concessionárias e permissionárias

	<u>2020</u>
	<u>Consolidado</u>
Concessionária e permissionária (ii)	3.350
	<u>3.350</u>

- (ii) A administração acredita que não há Perdas de Crédito Esperadas (PCE).

7 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda	55	-	726
Contribuição social	105	-	539
IRRF sobre aplicação financeira	415	10	797
PIS redito na fonte	-	-	51
Cofins retido na fonte	-	-	233
Total circulante	<u>575</u>	<u>10</u>	<u>2.346</u>
ICMS a recuperar (III)	-	-	1.745

Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.745</u>
----------------------	----------	----------	--------------

- (iii) Entre os meses de agosto e outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$ 1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal.

8 Títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>
	<u>Consolidado</u>
Aplicações financeiras - conta reserva	<u>3.133</u>

As aplicações em conta reserva referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) da controlada Arcoverde, cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 2,59% do valor efetivamente desembolsado. Até 31 de dezembro de 2020 o montante desembolsado foi de R\$ 110.891.275.

9 Partes relacionadas

	<u>2020</u>
Ativo não circulante	<u>Consolidado</u>
CEEE-D	<u>98</u>

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019, referem-se principalmente a adiantamento de despesas com viagem de funcionários e recursos liberados aos funcionários da obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamentos acordados.

A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A seguir segue os valores realizados nas investidas durante o exercício de 2020:

Investidas	<u>2020</u>
Arcoverde	21
Tpae	17
Lest	<u>2.240</u>
	<u>2.278</u>

10 Ativo de contrato

	2020
	<u>Consolidado</u>
Sado inicial	367.198
Receita de construção	9.106
Receita de operação e manutenção	5.675
Remuneração do ativo de contrato	35.431
Deduções Receita	(5.465)
Mais valia	81.995
Apropriação Mais Valia	(2.271)
(-) Faturamento	(40.042)
	451.627
Circulante	35.476
Não circulante	416.151

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte das controladoras.

11 Investimento

Composição do investimento:

	Lest	Arcoverde	TPAE	Total
Investimento em 31/12/2019	88.154	-	-	88.154
Investimento em 31/12/2020	102.163	176.399	43.278	321.841

<u>Controlada</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Arcoverde	100,00%	47.172	257.722	15.498	215.106	74.290

TPAE	90,35%	21.494	83.766	9.178	52.675	43.407
------	--------	--------	--------	-------	--------	--------

Não Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
Lest	49,90%	34.929	505.326	89.888	282.132	168.235

Movimentação do Investimento

a) Controladas

Movimento dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2019	ARCOVERDE	TPAE
Aquisição de controlada	71.724	39.509
Ágio na aquisição de controlada	26.448	-
Recebimento de Juros sobre capital próprio	(3.287)	-
Recebimento remensuração de preço	-	(110)
Recebimentos de dividendos	(9.000)	-
Recebimento remensuração de preço	(3.985)	-
Pagamento remensuração de preço	-	776
Recebimento de dividendos	-	(957)
Dividendos propostos	(1.191)	(521)
Mais valia	77.790	4.205
Apropriação mais valia	(2.128)	(143)
Aumento de capital	156.371	42.759
Equivalência patrimonial	12.757	229
Ajuste de Preço	7.271	290
Saldo em 31 de dezembro de 2020	176.399	43.278

a) Não Controladas

Movimento dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2018	LEST
Aquisição de investida	90.395
Dividendos propostos	(25.803)
Mais valia	18.897
Aumento de capital	83.489

Equivalência patrimonial	4.665
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.154
Earn-out	1.205
Dividendos pagos	(998)
Dividendos propostos	(14.196)
Apropriação mais valia	(683)
Aumento de capital	73.482
Equivalência patrimonial	29.886
Ajuste de preço	(1.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	102.163

COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

No primeiro semestre de 2020, a Companhia finalizou as aquisições das participações nas empresas Arcoverde Transmissão de Energia S.A (“ARCOVERDE”) e Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. (“TPAE”). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP - Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios. Os ativos de contrato de concessão das investidas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão

	ARCOVERDE	TPAE
Data de aquisição	13/03/2020	30/04/2020
Preço pago	149.514	24.566
Participação adquirida	100%	90,35%
Valor contábil	71.724	39.509
Valor justo	149.514	43.714
Mais valia apurada	77.790	19.148

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo como tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer. A Companhia não identificou alterações em relação as posições apuradas durante o período de mensuração. Os valores justos dos Patrimônios Líquidos das empresas adquiridas foram calculados considerando o Nível 3 da hierarquia apresentada nos parágrafos 72 e seguintes do CPC 46 –Mensuração do valor justo, e foram determinados a partir

do método da renda utilizando o fluxo de caixa descontado. Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data das aquisições, acrescidos dos ajustes.

Controlada ARCOVERDE:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 13 de março de 2020.

	Valor Contábil	Ajuste ao Valor justo	Valor justo
Ativos	306.064	-	383.854
Disponibilidades	11.655	-	11.655
Títulos e valores mobiliários	2.881	-	2.881
Créditos tributários	7.951	-	7.951
Outros	3.458	-	3.458
Ativo de contrato de concessão	280.119	77.790	357.909
Passivos	306.064		383.853
Contas a pagar	247	-	247
Impostos a pagar	57	-	57
Empréstimos e financiamentos	187.292	-	187.292
Impostos diferidos	46.744	26.448	73.192
Patrimônio Líquido	71.724	51.341	123.065

Controlada TPAE

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 30 de abril de 2020.

	Valor Contábil	Ajuste ao Valor justo	Valor justo
Ativos	90.854	-	95.059
Disponibilidades	2.123	-	2.123
Títulos e valores mobiliários	880	-	880
Créditos tributários	674	-	674
Outros	98	-	98
Ativo de contrato de concessão	87.079	4.205	91.284
Passivos	90.854		95.059
Contas a pagar	427	-	427
Impostos a pagar	1.795	-	1.795
Empréstimos e financiamentos	32.194	-	32.194
Impostos diferidos	12.709	1.430	14.139

Patrimônio Líquido 43.729 2.775 46.504

Em 30 de abril de 2020 foram reconhecidos os valores justos do ativo de contrato de concessão e dos impostos e tributos diferidos.

12 Intangível

Movimentação aquisição controlada Arcoverde

Valor a ser alocado

Preço pago (a)	149.514
Patrimônio líquido antes dos ajustes (b)	<u>71.724</u>
Valor a ser alocado (c) = (a - b)	77.790

Ajustes de valor justo

Ativo de contrato (d)	77.790
Passido fiscal diferido (e)	<u>(26.448)</u>
Total de ajustes de valor justo (f) = (d + e)	51.342

Valor do ágio (g) = (c - f) 26.448

13 Fornecedores

	<u>2020</u>
	<u>Consolidado</u>
Fornecedores	<u>569</u>

O montante de R\$ 569 corresponde a serviços prestados de engenharia, referentes à operação e manutenção da rede, quitados durante o mês de janeiro e fevereiro de 2021.

14 Empréstimos e debentures

14.1 Composição:

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>Data final</u>	<u>31/12/2020</u>
			<u>Consolidado</u>
2ª Emissão de debêntures (a)	IPCA + 5,02%	15/07/2042	53.121
Financiamento BNB (b)	IPCA + 1,46%	15/12/2038	121.914
Itaú - Capital de Giro (c)	2,65 a.a.	15/10/2030	38.423
			<u>213.458</u>

Circulante	15.958
Não circulante	197.500
Total	213.458

- (a) Em 27 de setembro de 2019, a Controlada Arcoverde realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196%. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019,
- (b) A Controlada Arcoverde realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138%, com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.
- (c) A operação de Capital de Giro - CDI do BNDES foi liquidada antecipadamente em 13/10/2020 na Controlada TP AE, juntamente com as fianças do Badesul e BRDE. Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com desembolso de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

14.2 Instrumentos Financeiros

	Taxa de juros	Vencimento	2020 Consolidado
SWAP	2,65 a.a.	15/10/2030	41.799
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	-	-	-
Valor justo do ativo financeiro na ponta ativa CDI	-	-	(39.543)
Resultado passivo Swap	-	-	2.256

Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo financeiro. Valor justo na ponta passiva de IPCA, R\$ 41.799 e valor justo na ponta ativa de CDI, R\$ 39.543, auferindo o resultado de R\$ 2.256 de resultado passivo.

15 Obrigações tributárias

	2020 Controladora	2019 Controladora	2020 Consolidado
IRPJ	124	11	164
CSLL	53	6	53

IRRF a recolher	-	-	1.013
PIS a recolher	1	1	197
COFINS a recolher	9	3	895
CRF a recolher	-	-	18
INSS	-	-	25
ISS	-	-	20
Parcelamento PIS e COFINS	-	-	287
ICMS	-	-	47
	187	21	2.719

16 Impostos diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Diferido ativo			
Prejuízo fiscais de imposto de renda	-	-	4.253
Bases negativas de contribuição social	-	-	1.530
	-	-	5.783
Diferido passivo			
Imposto de renda diferido	20.459	-	51.655
Contribuição social diferida	7.365	-	18.595
PIS diferido	-	-	5.239
Cofins diferido	-	-	24.144
	27.824	-	99.633
Imposto de renda e contribuição social diferida	-	-	64.466
PIS e Cofins diferidos	-	-	29.384
	-	-	93.850

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes – CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

17 Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia foi constituída com a integralização de capital de R\$ 346.000 (trezentos ,quarenta e seis milhões de reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Capital a integralizar de R\$ 3.999 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil reais).

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Em 16 de outubro de 2020 a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 10.500 conforme Assembleia Geral Extraordinária.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios ocorreu da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
Lucro líquido do exercício	64.464	4.713
Reserva legal - 5%	<u>(3.224)</u>	<u>(235)</u>
Saldo disponível para destinação	61.240	4.478

18 Resultado por ação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
Lucro líquido do exercício	64.464	4.713
Lucro líquido por ação	0,1842	0,0426

19 Receita Operacional líquida

2020
Consolidado

Receita de construção	9.106
Receita de operação e manutenção	5.675
Remuneração ativo de contrato	35.431
Receita RGR - CDE	310
Outras receitas	40
	50.562
PIS e Cofins	(4.678)
Encargos do consumidor	(787)
Receita operacional líquida	45.097

20 Custos dos bens construídos e serviços prestados

20.1 Custo de construção

	<u>2020</u>
	<u>Consolidado</u>
Custo de construção	
Máquinas e equipamentos	496
	496

20.2 Custo de operação e manutenção

	<u>2020</u>
	<u>Consolidado</u>
Custo de operação e manutenção	
Pessoal	11
Serviços de terceiros	2.700
Tributos	1.169
Operação e manutenção	182
Amortização de obrigações	(361)
Mensalidade ONS	18
Materiais	14
	3.733
	<u>4.229</u>
Custos dos bens construídos e serviços prestados	<u>4.229</u>

21 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Serviços Financiamento e Tarifas	(915)	-	(15.875)
Despesas financeiras	(915)	-	(15.875)

Receitas sobre aplicação financeira	2.269	68	2.709
Receitas financeiras	2.269	68	2.709
Resultado financeiro, líquido	1.354	68	(13.166)

22 Seguros

22.1 Controlada Arcoverde

A Controlada possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

A Controlada possui apólice para cobertura de Riscos Operacionais emitida pela Tokio Marine e apólice de Responsabilidade Civil Geral, emitida pela AXA, ambas com vigência até 06 de maio de 2022.

22.2 Controlada TPAE

Em 29 de maio de 2021 a Companhia contratou o seguro compreensivo empresarial com a FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A, com vigência até 28 de maio de 2021. Nesta data houve o endosso à apólice do seguro, prorrogando sua vigência até 27/06/2021.

23 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 – Mensuração do valor justo, e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

24 Contingências

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus

assessores legais, sendo assim conforme determinam as práticas contábeis não há provisão constituída, bem como informações a serem divulgadas.

24.1 Controlada Arcoverde

Em 31 de dezembro de 2020 a Controlada possuía 55 processos de contingência passiva na área Cível, distribuídos em 2018. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico de possível perda, totalizando o valor de R\$ 491.

24.2 Controlada TPAE

Em 31 de dezembro de 2020 a Controlada possuía dois processos de contingências passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico de possível perda, totalizando o valor de R\$ 284.

25 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b. Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente

para a continuidade das obras

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

27 Eventos subsequentes

Conforme AGE realizada em 11 de janeiro de 2021 foi aprovado o aumento de capital da Companhia de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para R\$ 700.000 (setecentos milhões de reais), mediante a emissão, para subscrição particular, de 350.000 (trezentos e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idêntica às anteriormente existentes, com preço global de emissão de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta milhões de reais), subscritas e integralizadas pelo acionista Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, inscrito no CNPJ 33.601.138/0001-03.

Conforme AGE realizada em 05 de março de 2021 aprovou-se a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante total de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais), conforme balanço patrimonial do exercício social de 2019, pagos em 09/03/21 e a distribuição de dividendos intercalares no montante total de R\$ 17.349 (dezessete milhões, trezentos e quarenta e nove mil reais), conforme balanço patrimonial referente ao exercício social de 2020, pagos em 09 de março de 2021.

Em 5 de abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da Eólica Mangue Seco 3 e da Eólica Mangue Seco 4, sendo tal participação anteriormente detida pelas sócias Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobrás e pela Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado entre as partes. A Companhia pagou o valor de R\$ 183.157, dividido pela participação de cada uma das vendedoras. Vale ressaltar que a Companhia já havia pago à Petrobras no momento da assinatura do contrato de compra e venda das ações, o valor de R\$ 22.482. O resultando final da transação foi uma aquisição de R\$ 205.639.

Em 09 de abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da Eólica Mangue Seco 1, sendo tal participação anteriormente detida pela Petróleo Brasileiro S.A. e pela Alubar Energia S.A. Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes, a Companhia pagou o valor total de R\$ 89.748 (oitenta e nove milhões, setecentos e quarenta e oito mil reais) dividido proporcionalmente entre os vendedores.

Os ativos estão localizados em Guamaré, no estado do Rio Grande do Norte, e fazem parte de um complexo de quatro parques eólicos - Mangue Seco 1, Mangue Seco 2, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4 - com capacidade instalada total de 104 MW. A Mangue Seco 1 detém e opera um parque eólico, com capacidade de 26 MW. Mangue Seco 2 foi adquirido em fev/21, pelo FIP Pirineus, pertencente a outro grupo econômico.

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas demonstrações
financeiras**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9